

A DINÂMICA DA CRIMINALIDADE NA PARAÍBA.

The Dynamics of Crime in Paraíba.

José Maria Nóbrega Junior

Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande,
Brasil.

Duília Dalyana Ribeiros dos Santos da Nóbrega

Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Brasil.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons
[Atribuição 3.0 Internacional.](#)

Como ser citado (modelo ABNT)

NOBREGA JUNIOR, José Maria. A DINÂMICA DA CRIMINALIDADE NA PARAÍBA. *Direito, Processo e Cidadania*. Recife, v. 5, n. 1, p.88-112, jan/abr., 2026

Resumo

A dinâmica da criminalidade na Paraíba apresentou recuo importante na última década. Na região nordeste, a Paraíba se destacou como um estado que apresentou recuo contínuo dos números de Mortes Violentas Intencionais (MVI) em anos consecutivos (2012/2022). Esse destaque tem explicação. Com os dados disponíveis no site da Secretaria de Defesa Social do estado, analisamos as ações das políticas públicas de segurança da Paraíba em algumas séries históricas e averiguamos que essas ações foram estrategicamente conduzidas e acompanhadas com base em dados estatísticos. O resultado desta análise nos mostrou que as apreensões de armas de fogo ilegais, as apreensões de drogas e o nível de esclarecimento dos crimes foram fatores importantes para o maior controle da criminalidade no estado. Esta pesquisa teve como desenho de análise a avaliação de política pública com base em evidências científicas, com o uso da análise de gráficos e mapas na descrição dos indicadores. Importantes números foram destaque na análise descritiva dos dados disponibilizados no site, com a redução de -32,1% das MVI entre 2012/2022; -78,6% de queda de ataques às instituições financeiras entre 2013/2022; e -48,6% de queda nos Crimes Violentos Patrimoniais (CVP) entre 2018/2022. Como fator negativo, foi o crescimento dos roubos veiculares que acresceu 23,3% na série histórica entre 2018/2022.

Palavras-chaves: Criminalidade, Violência, Segurança Pública.

Abstract

The dynamics of crime in Paraíba has shown a significant decline in the last decade. In the northeast region, Paraíba stood out as a state that showed a continuous decline in the number of Intentional Violent Deaths (MVI) in consecutive years (2012/2022). This highlight has an explanation. With the data available on the state's Department of Social Defense website, we analyzed the actions of public security policies in Paraíba in some historical series and found that these actions were strategically conducted and monitored based on statistical data. The result of this analysis showed us that seizures of illegal firearms, drug seizures and the level of clarification of crimes were important factors in greater crime control in the state. This research had as its analysis designed the evaluation of public policy based on scientific evidence, using the analysis of graphs and maps to describe the indicators. Important numbers were highlighted in the descriptive analysis of the data available on the website, with a reduction of -32.1% in MVI between 2012/2022; -78.6% drop in attacks on financial institutions between 2013/2022; and -48.6% drop in Violent Property Crimes (CVP) between 2018/2022. As a negative factor, the growth in vehicle thefts increased by 23.3% in the historical series between 2018/2022.

Keywords: Crime, Violence, Public Safety.

INTRODUÇÃO

Mostra-se fundamental os estudos sobre a dinâmica e causas da violência no Brasil. O ranking da violência com base nos homicídios, mortes violentas intencionais ou mortes por agressão, são importantes para gerar mapeamentos e georreferenciamentos da violência com formatações de relatórios de pesquisa que influenciem os policymakers da gestão da segurança pública.

A Segurança Pública como policy é resultado de uma engenharia institucional que tem início com o trabalho das polícias, passa pela produção dos inquéritos policiais investigativos, conta com o sistema de acusação, o sistema de julgamento e o sistema carcerário. Tais instituições precisam estar alinhadas em seus planos de ação para que a segurança pública, serviço público mais básico na garantia da cidadania, seja bem-sucedida.

Daí a análise da dinâmica da criminalidade ser fundamental como direcionamento das ações dos principais tomadores de decisão da gestão da segurança pública. Aqui analiso a criminalidade na Paraíba em específico, com foco nas ações do Estado enquanto monopólio da força em suas ações para o controle social e democrático da violência, esta medida pelos níveis de Crimes Violentos Letais Intencionais, de Mortes Violentas Intencionais e Crimes Patrimoniais em geral. As ações do Estado, entram como variáveis independentes nas quais procuramos entender até que ponto tais ações foram efetivas para o controle social e democrático da violência. O uso de estatísticas descritivas com base nos dados disponibilizados pelo Anuário de Segurança Pública da Paraíba de 2022 (<https://sites.google.com/view/anuarioseds/>) em cruzamentos de dados em formato de gráficos e mapas georeferenciais foi o nosso método de análise.

Destaco que o problema de pesquisa foi avaliar as tomadas de decisão dos *policymakers* em torno das políticas públicas (ações governamentais) no intuito de controlar a criminalidade na Paraíba, sem, contudo, testar em efeitos de causa e efeito, mas averiguando descritivamente os dados disponíveis.

Para iniciar o debate da análise da dinâmica da criminalidade na Paraíba, iniciamos, na seção seguinte, uma pequena revisão do Estado da Arte dos estudos sobre criminalidade violenta no Brasil. Na sequência, serão dispostos a metodologia da análise, bem como os dados estatísticos referentes as *proxies* de tomadas de decisão dos atores políticos da gestão pública da segurança na Paraíba.

Estado da Arte dos estudos sobre criminalidade e violência no Brasil

Nesta seção daremos foco às publicações que tiveram impacto na análise da criminalidade e da violência com o uso de variáveis e indicadores institucionais, bem como o efeito das drogas e do crime organizado, e que foram publicadas na plataforma scielo.com entre os anos de 2009 a 2019 (NÓBREGA JR.; NÓBREGA, 2022). A maioria dos artigos e textos revisados utilizou como variável proxy de violência os dados de homicídios.

Nadanovsky (2009), avaliou o aumento no encarceramento e a redução nos homicídios em São Paulo entre os anos de 1996 e 2005. O trabalho teve como objetivo principal analisar a real dimensão do encarceramento em torno da redução dos homicídios em São Paulo. A variável resposta foi a taxa de homicídio (da 10a revisão da Classificação Internacional de Doenças – CID10, códigos X85-Y09) – número de homicídios por cada 100 mil residentes. A variável explicativa foi a taxa de encarceramento, calculada pelo número de pessoas na prisão por cada 100 mil residentes. Nos seus principais resultados, o teste de causalidade de Granger evidenciou que valores passados de encarceramento ajudaram a prever o homicídio no estado de São Paulo entre 1999 e 2005. Apesar de não ser possível concluir que essa relação seja causal, houve uma associação temporal clara compatível com a interpretação de que o aumento no encarceramento de criminosos exerceu seu efeito incapacitador e/ou dissuasor do crime em São Paulo.

Silveira et al (2010), avaliaram o impacto da política pública do Programa Fica Vivo na redução dos homicídios em comunidade de Belo Horizonte. Os pesquisadores tiveram como objetivo central avaliar o impacto de um programa de prevenção de homicídios. Com base nos dados do Programa Fica Vivo, de prevenção de homicídios, foi realizado um estudo quase experimental com análise de séries temporais da ocorrência de homicídios no aglomerado Morro das Pedras, em Belo Horizonte, de 2002 a 2006. Comparou-se o número de homicídios ocorridos nessa localidade com os de outras favelas violentas e não violentas e outros bairros da cidade, em cada uma das fases do Programa.

Para testar a hipótese de que a redução dos homicídios resultou das ações implementadas pelo Programa, foi elaborado um modelo estatístico baseado em modelos lineares generalizados. O estudo de caráter quantitativo, buscou medir o impacto da política pública de segurança em Minas Gerais entre os anos 2000 e 2006. Chegou-se à conclusão que

nos primeiros seis meses obteve-se 69% de redução no número médio de homicídios. Nos períodos de refluxo e retomada parcial do Programa, o efeito de redução dos homicídios diminuiu, mas a diferença entre coeficientes com aquele do período inicial não foi estatisticamente significante. Mesmo com a retomada integral do Programa, o efeito continuou similar aos dos períodos anteriores, provavelmente porque o Programa foi implantado em outras favelas violentas da cidade (SILVEIRA ET AL, 2010).

Peres et al (2011) empreenderam um estudo sobre a queda dos homicídios no município de São Paulo. Objetivou descrever a evolução das Taxas de Mortalidade por Homicídio (TMH) e de indicadores sociodemográficos, de investimento em políticas sociais e segurança pública, e analisar a correlação entre a evolução das TMHs e das variáveis independentes no município de São Paulo, entre 1996 e 2008.

O estudo caracterizou-se como ecológico de série temporal e exploratório. As seguintes variáveis foram incluídas: TMH por 100.000 habitantes, indicadores sociodemográficos, investimentos em políticas sociais e de segurança pública. Foram calculadas as médias móveis de todas as variáveis e a tendência foi analisada através de Regressão Linear. Segundo os autores, os resultados apresentados permitem sustentar a hipótese de que alterações demográficas, aceleração da economia, em especial a queda do desemprego, investimentos em políticas sociais e mudanças nas políticas de segurança pública atuam sinergicamente para a redução da TMH em São Paulo.

Para isso, foram encontradas correlações com a proporção de jovens na população ($r = 0,69$), taxa de desemprego ($r = 0,60$), investimento estadual em educação e cultura ($r = 0,87$) e saúde e saneamento ($r = 0,56$), investimento municipal ($r = 0,68$) e estadual ($r = 0,53$) em segurança pública, armas apreendidas ($r = 0,69$) e taxa de encarceramento-aprisionamento ($r = 0,71$) (PERES ET AL, 2011).

Peres et al (2012), avaliaram a evolução dos homicídios e indicadores de segurança pública no Município de São Paulo (MSP) entre 1996 e 2008. Um estudo ecológico de séries temporais, teve como objetivo analisar a associação entre homicídios e indicadores de segurança pública no MSP entre 1996 e 2008, após controle para taxa de desemprego e proporção de jovens na população.

Como método foi adotado no estudo a análise ecológica de série temporal. A variável dependente foram os óbitos por homicídio; as variáveis independentes principais foram: taxa de aprisionamento-encarceramento (TAE), o acesso a armas de fogo (AAF), e a atividade

pacial (ATP). A análise dos dados foi realizada com o software Stata. IC10.0. Foram adotados modelos de regressão binomial negativa simples e multivariados.

Especificamente, o artigo se tratou de um estudo quantitativo sobre as relações de causalidade entre indicadores (variáveis independentes) socioeconômicos e indicadores institucionais de segurança pública com a violência, esta medida pelas taxas de homicídios, no município de São Paulo. Os principais resultados apontaram para a insignificância da apreensão de armas de fogo no controle da criminalidade violenta e na maior relação entre violência homicida e jovens na sociedade e taxa de desemprego. A análise univariada demonstrou associação entre óbitos por homicídio e TAE e entre óbitos e ATP. O AAC não se mostrou associado à redução no número de óbitos por homicídios ($p > 0,05$). Após ajuste houve perda da significância na associação com ambos os indicadores de Segurança Pública (PERES ET AL, 2012).

Lucena e Moraes (2012) desenvolveram uma pesquisa sobre a detecção de agrupamentos espaço-temporais para identificação de áreas de risco de homicídios por arma branca em João Pessoa, na Paraíba. Um trabalho de cunho interdisciplinar, teve o objetivo de analisar a distribuição geográfico-espacial dos homicídios perpetrados por arma branca em João Pessoa. Metodologicamente, foi um estudo ecológico com modelo de Poisson e de Espaço-tempo que buscou testar a hipótese de correlação espacial dos homicídios perpetrados por arma branca.

A análise geográfico-espacial buscou testar o nível de aglomeração espacial do crime de homicídio perpetrado por arma branca no município de João Pessoa. O modelo estatístico indicou a presença de conglomerados ao longo dos anos nas regiões norte e oeste de João Pessoa, respondendo a hipótese de correlação espacial do fenômeno (LUCENA e MORAES, 2012).

Zaluar e Barcellos (2013), efetuaram estudo sobre as mortes prematuras e conflito armado pelo domínio das favelas no Rio de Janeiro, tendo como objetivo traçar um perfil social do crime de homicídios de jovens nas comunidades cariocas em sua conexão com a presença de grupos fora da lei.

Estudo da área da Sociologia, teve como método a mistura de técnicas de pesquisa quali e quanti como o uso de técnicas de georreferenciamento de áreas baseadas e em aplicação de técnicas de questionários e entrevistas semiestruturadas.

O texto é um estudo empírico que reflete as motivações das mortes por agressão nas favelas do Rio de Janeiro. Perpassa a análise tradicional dos testes multivariáveis socioeconômicos focando na dinâmica social, baseada em literatura sociológica interpretativa (BORDIEU E WACQUANT), desenhando o roteiro social de conflitos e motivações sociais que desperta o ato violento nas comunidades, sobretudo entre os jovens, e como a interação entre milícias e grupos de traficantes estimula disputas sangrentas em comunidades mais periféricas.

Os resultados da pesquisa demonstraram que urge no Rio de Janeiro o aparelhamento do Estado como monopólio da força para a recondução do estado social deteriorado pela violência. Os dados qualitativos da pesquisa foram capazes de demonstrar, diretamente, a influência dos grupos extralegais (traficantes e/ou milicianos) na dinâmica eleitoral da cidade - elegendo atores políticos para as principais instâncias de representação - e, indiretamente, a particularidade da democracia representativa do Estado do Rio de Janeiro na qual a possível supremacia de atores descompromissados com o estado de direito pode afetar as relações sociais de representação gerando um ciclo vicioso de violência que não terá fim sem Accountability horizontal (O'DONNELL, 1998).

Correia e colaboradores (2014), elaboraram um estudo sobre a violência letal em Maceió, sendo um estudo descritivo sobre homicídios entre os anos 2007 e 2012. Teve como objetivo principal descrever o perfil epidemiológico e a magnitude dos homicídios ocorridos no município de Maceió. Tratou-se de um estudo descritivo dos óbitos por homicídios registrados no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM). Típico estudo descritivo da dinâmica da criminalidade violenta, com a proxy homicídios, radiografando tal dinâmica na cidade de Maceió.

Como resultado, apresentou-se o seguinte diagnóstico: registraram-se 5.735 homicídios no período, correspondendo à média de 955,8 homicídios/ano, com taxas que variaram de 89,6 óbitos/100 mil habitantes (2012) a 111,4 óbitos/100 mil hab. (2011); 94,8% das vítimas eram do sexo masculino, 66,2% eram jovens de 15 a 29 anos e 79,9% da raça/cor parda; os homicídios ocorreram, majoritariamente, nos períodos noturno e de madrugada (51,5%), com envolvimento de arma de fogo (87,8%), em bairros da periferia da cidade (32,6%) (CORREIA ET AL, 2014).

Costa (2015) empreendeu um estudo no qual objetivou analisar, no fluxo do sistema criminal, a efetividade do sistema no Distrito Federal. Utilizou para tal, o método de análise

documental em cima dos inquéritos policiais produzidos. Tratou-se de um estudo descritivo com análise de documentos processuais no sistema de justiça criminal do Distrito Federal. O estudo fez análise quantitativa das diversas fases processuais dos crimes, desde o inquérito policial, passando pela abertura da denúncia pela promotoria, até a condenação do acusado. Concluiu-se que é baixa a efetividade do sistema, no qual mais de 60% dos crimes ficam sem a devida punição.

Esta baixa efetividade é resultado das ideias e práticas sociais que permeiam a atuação de juízes e promotores. Isso é resultado da falta de uniformidade de procedimentos e avaliações feitas pelos membros do Ministério Público. Além disso, alguns promotores apresentam denúncias mesmo sabendo que as provas existentes no inquérito são insuficientes para uma condenação. Por fim, há enorme desconfiança entre promotores, juízes e advogados de defesa sobre a legalidades dos procedimentos de investigação utilizados pela polícia (COSTA, 2015).

Batista e colaboradores (2016) empreenderam um estudo na área da Sociologia que objetivou avaliar o impacto social e econômico relacionado a estrutura urbana em relação a violência homicida na área da região metropolitana de Brasília. O estudo foi uma análise de dados secundários e entrevistas aplicadas aos atores sociais da segurança pública.

Foi discutido o quadro metropolitano dos homicídios em 2010 em um município do Entorno de Brasília, Águas Lindas de Goiás (GO). As externalidades negativas da metropolização de Brasília, em interface com a estrutura e organização da segurança pública e a fragilidade das ações da assistência social no município, esclarecem a dinâmica dos homicídios e os fatores estruturais que influenciam para a sua ocorrência. Em face da alta taxa de homicídios no município, o artigo indica a necessidade de políticas cooperadas entre os diferentes entes da Federação envolvidos (União, estados, Distrito Federal e municípios) na área econômica e social e das políticas de segurança pública (BATISTA ET AL, 2016).

Machado e Porto (2016) analisaram a violência e a justiça criminal na Área Metropolitana de Brasília. Estudo da área da Sociologia, buscou fazer uma análise georreferencial das mortes registradas no ano de 2010 na área metropolitana de Brasília. Metodologicamente, foi uma análise documental com o intuito de averiguar o fluxo criminal no sistema de justiça em três cidades selecionadas: Luziânia, Cidade Ocidental e Águas Lindas de Goiás.

Constatou-se que, do total de casos registrados por mortes violentas, apenas 46 casos tiveram a autoria esclarecida e foram denunciados (8,1%). Das cidades selecionadas por concentrarem o maior número de mortes violentas, Luziânia situa-se no topo da lista, como 145 homicídios e apenas sete denúncias, ou seja, uma taxa de 4,8%. Águas Lindas de Goiás registrou 101 homicídios e sete denúncias (6,9%), ao passo que Valparaíso de Goiás registrou 114 mortes e oito denúncias (7,0%). O estudo do fluxo do sistema de justiça permitiu contrastar as informações iniciais e indicou que, em 60% dos processos criminais, autor e vítima já se conheciam e tinham alguma relação de trabalho (15%) ou familiar (1,5%) (MACHADO e PORTO, 2016).

Filho et al (2018), avaliaram o Impacto das Guardas Municipais sobre a criminalidade com o uso de Tratamentos Binários, Multivalorados e Contínuos. Estudo que usou metodologia estatística descritiva e inferencial, buscou analisar o impacto do uso das guardas municipais como mecanismo de controle da violência (homicídios e crimes contra o patrimônio). Na análise foram propostas estratégias explicativas baseadas no arcabouço de resultados potenciais para se estimar o impacto causal da existência de Guardas Municipais nos indicadores de segurança pública selecionados. Com o auxílio de métodos econométricos robustos, todos baseados na abordagem binária do fenômeno, não foi possível rejeitar a hipótese de que essas corporações possuem pouco potencial para interferir beneficamente nos indicadores de segurança pública.

Os principais resultados indicaram que, apenas nos municípios pequenos e médios que possuem uma guarda municipal com alguns anos de atividade, pode representar até 30% menos homicídios do que em seus congêneres do grupo de controle, o que é equivalente a até -4,8 mortes por 100 mil habitantes. Em sentido contrário, a existência de guardas municipais parece não impactar as taxas de roubos e furtos de veículos, a proxy para os crimes contra o patrimônio.

Silva e colaboradores (2018), fizeram uma avaliação da política pública de segurança “Programa Fica Vivo!”, de Minas Gerais. O foco foi apresentar os resultados da avaliação da implementação do programa na cidade de Belo Horizonte, ao longo de 15 anos de execução, sobretudo em seu papel de prevenção da violência urbana. Trata-se de um estudo que buscou, através do método utilizado (escore de pareamento; diferenças em diferenças), comparar o período anterior e posterior a implementação do referido programa. Para os

autores, o programa cumpriu sua finalidade e logrou êxito em reverter a tendência de crescimento das taxas de homicídio.

Portella e colaboradores (2019) empreenderam um estudo no qual se buscou verificar a associação entre homicídio doloso, tráfico de drogas e indicadores sociais em Salvador, no ano de 2010. Para tanto, os autores utilizaram da metodologia de estudo ecológico a partir dos casos de homicídios dolosos e de tráfico de drogas registrados pela Polícia Civil da Bahia relacionando-os com indicadores sociais. A análise entre o coeficiente de homicídio doloso, tráfico de drogas e proporção de homens negros de 15 a 49 anos foi feita através do modelo de regressão binomial negativa, com software R versão 2.13.0.

Estudo de caráter quantitativo, com testes causais, revelou a conexão causal entre os homicídios dolosos de homens jovens negros com regiões da cidade de Salvador onde a prática do tráfico de drogas é mais intensa. Foram registrados 1.391 homicídios dolosos em 2010, gerando coeficiente de 108,5 homicídios por 100 mil habitantes. Na associação foi observado que nos bairros com proporção de homens negros de 15 a 49 anos acima de 60%, esse coeficiente aumentou 89% ($\geq 60\%$ e $\leq 80\%$) e 87% ($> 80\%$), comparado com bairros com proporção menor que 60%. Quanto ao tráfico de drogas, houve aumento médio de 40% estatisticamente significante nesse coeficiente nos bairros com cinco ou mais casos, comparado com bairros com menos de cinco.

Bueno, Lima e Teixeira (2019), fizeram um estudo que buscou verificar a letalidade policial como parâmetro para estipular mecanismos de controle de suas ações em ambiente democrático. Estudo de caráter quali-quantitativo com análise documental de dados estatísticos e descrição de dados de violência letal. A pesquisa buscou analisar a atividade policial no estado de São Paulo, avaliando o comportamento da instituição em seus limites quanto ao seu papel como principal instituição de controle social da violência, tendo como parâmetro o conceito do monopólio da força weberiano.

Concluíram que a letalidade da polícia cresceu substancialmente ao longo dos anos 2000, vitimando desproporcionalmente adolescentes e jovens, pretos e pardos. Averiguaram que as polícias paulistas têm se excedido no uso da força letal, sugerindo o fortalecimento do controle interno das corporações para o enfrentamento do problema.

Corrêa e Lobo (2019), empreenderam um estudo que objetivou testar a relação do tráfico de drogas com os homicídios na cidade de Belém. Estudo de caráter quantitativo, fez análise de variáveis e indicadores causais com o uso de ferramentas estatísticas inferenciais.

Tratou-se de um estudo de caso sobre a cidade de Belém (PA), que inicia pela investigação da distribuição geográfica das taxas médias de homicídios no período 2013-2015 nos bairros localizados na área continental da cidade. Em seguida, há uma análise estatística dos mesmos dados, baseada na comparação entre dois modelos de regressão linear, um somente com variáveis relacionadas à pobreza/vulnerabilidade social; e outro que, além dessas variáveis, inclui o número de ocorrências de tráfico de drogas. Os resultados comprovaram a hipótese de que o tráfico de drogas contribui para o aumento da incidência de homicídios.

Oliveira et al (2019), fizeram um estudo espacial sobre a violência em João Pessoa, na Paraíba. Descreveram os padrões espaciais dos homicídios intencionais na cidade, no período 2011-2016. Estudo ecológico, tendo o setor censitário como unidade de referência; utilizaram-se dados dos homicídios dolosos das vítimas residentes no município, mediante o cruzamento das informações do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) e da Segurança Pública; calcularam-se coeficientes de mortalidade para todo o período e seus triênios, posteriormente suavizados pelo método bayesiano empírico local; utilizaram-se técnicas de autocorrelação espacial dos coeficientes, suavizados por meio da estatística espacial de Moran.

Como resultado principal, detectou-se autocorrelação espacial significativa no período total ($I=0,679$; $p=0,01$), 1º triênio ($I=0,508$; $p=0,01$) e 2º triênio ($I=0,572$; $p=0,01$); identificaram-se áreas de maior risco distribuídas pelas zonas oeste, noroeste, sudeste e extremo sul, prioritariamente em regiões de baixas condições socioeconômicas; setores de baixos coeficientes situaram-se em áreas de padrão socioeconômico médio/alto.

Metodologia e Análise estatística dos dados da dinâmica da criminalidade na Paraíba

No trabalho foi utilizado o método de análise estatística-descritiva dos dados para responder o problema de pesquisa que foi o de avaliar a política pública de segurança com base nas tomadas de decisão governamental, tendo como base destas as estatísticas descritivas disponíveis no site da Secretaria de Defesa Social da Paraíba em 2024. Os indicadores foram explicados em suas notas técnicas no decorrer da análise das figuras referentes aos gráficos em notas de rodapé.

Numa seção à parte, fizemos uma análise georreferencial dos dados de criminalidade na Paraíba para uma visualização da distribuição dos dados criminais no estado referência do ponto de vista geográfico.

A avaliação de políticas públicas é uma das etapas da teoria do ciclo das políticas públicas. Trata-se de uma etapa fundamental para o tomador de decisão em sua gestão, pois elucida os gargalos institucionais e ajuda no processo de reformulação constante da política pública.

A criminalidade violenta na Paraíba apresentou importante recuo nos anos aqui analisados¹, muito desse recuo se deveu às políticas públicas de segurança efetuadas. Como a literatura descrita na seção anterior aponta, políticas e ações estratégicas são importantes para o recuo e possível controle da criminalidade e da violência.

Com os dados resgatados do próprio site da Secretaria de Defesa Social da Paraíba (<https://sites.google.com/view/anuarioseds/>) referente ao Anuário da Segurança Pública (2022)², apresento o resumo dos principais indicadores da dinâmica criminal do estado nos últimos anos, em algumas séries históricas.

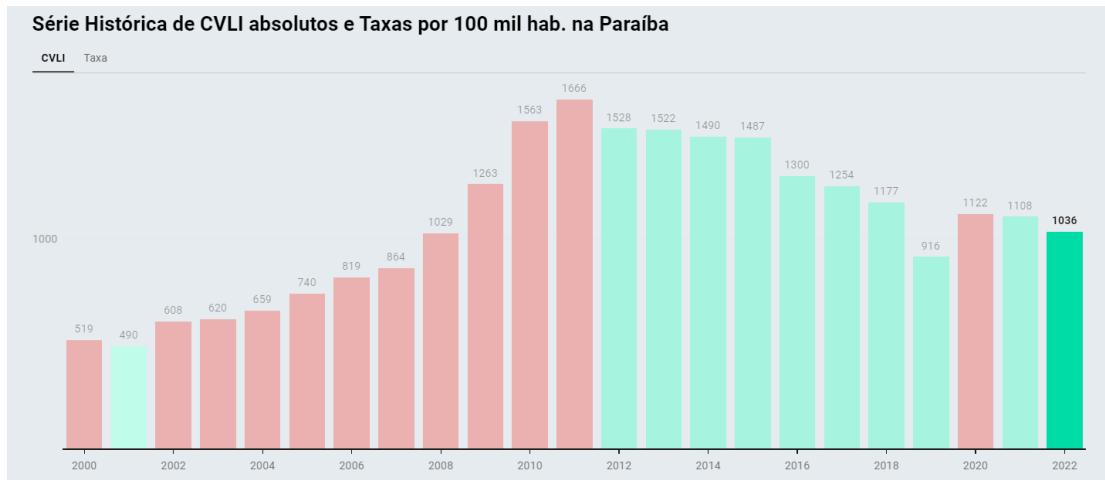
Entre 2012 e 2022 houve queda nos Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) mais as Mortes Violentas Intencionais (MVI)³ na Paraíba. Em números absolutos, caiu de 1.528 MVI em 2012 para 1.036, em 2022. O melhor ano foi o de 2019, com 916 óbitos e o pior sendo o de 2012. O recuo no comparativo 2012/2022 foi de -32,1% (cf. Figura 01).

¹ De acordo com os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023, dos nove estados que compõem a região nordeste, apenas Alagoas e Paraíba apresentaram recuo contínuo de MVI na série histórica 2011/2017. Os números absolutos de MVI recuaram -38% na Paraíba nesse período. Já Alagoas, o recuo foi de -51%.

² Esses dados são os mesmos fornecidos para o Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

³ As Mortes Violentas Intencionais são a soma de todos os crimes violentos que resultam em morte da vítima, tais como: homicídio doloso, latrocínio, agressão seguida de morte, morte de policial e morte resultado de violência policial.

Figura 01. Gráfico da série histórica de CVLI na Paraíba - 2000/2022



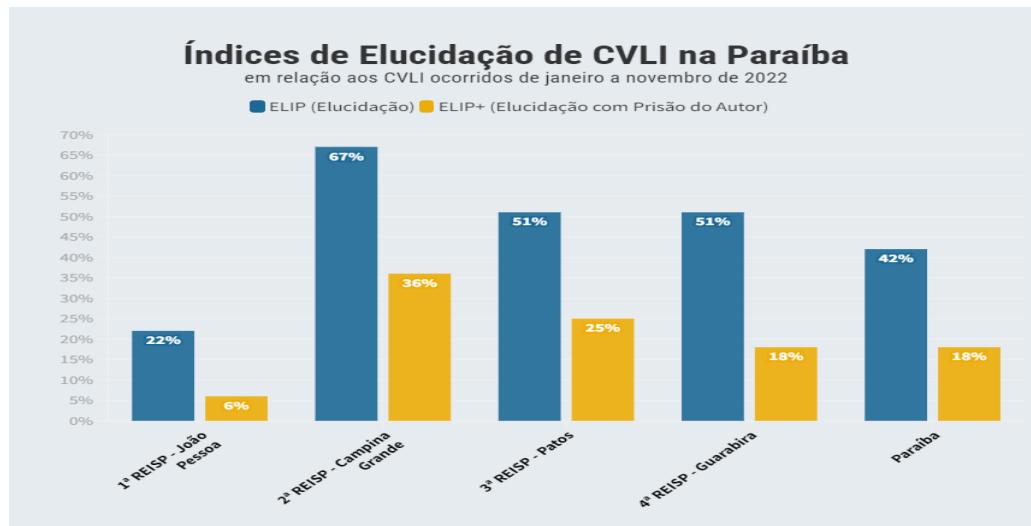
Fonte: <https://sites.google.com/view/anuariosedsd/cvli/cvli-e-mvi>

As elucidações de CVLI na Paraíba em 2022 foi de 42% com 18% delas resultando em prisão do assassino. O melhor desempenho foi em Campina Grande, com 67% de elucidação e 36% de elucidação com prisão do algoz. (Cf. Figura 02).

Para termos um parâmetro desse dado, segundo os dados do *Global Study on Homicide* (2019), as taxas de esclarecimento mais altas foram registradas na Europa, com 92% de taxa de esclarecimento, seguida de 74% da Oceania, 72% da Ásia, 52% da África e 43% das Américas. A média global foi de 63% de esclarecimento de homicídios. Portanto, os dados da Paraíba precisam melhorar nesse critério. A média de 42% está abaixo da pior média continental. Contudo, Campina Grande apresenta melhor dado, com indicador acima da média global (Cf. Figura 02)⁴.

⁴ O índice de esclarecimento de homicídios é a identificação de autoria no processo de investigação criminal e produção do inquérito policial.

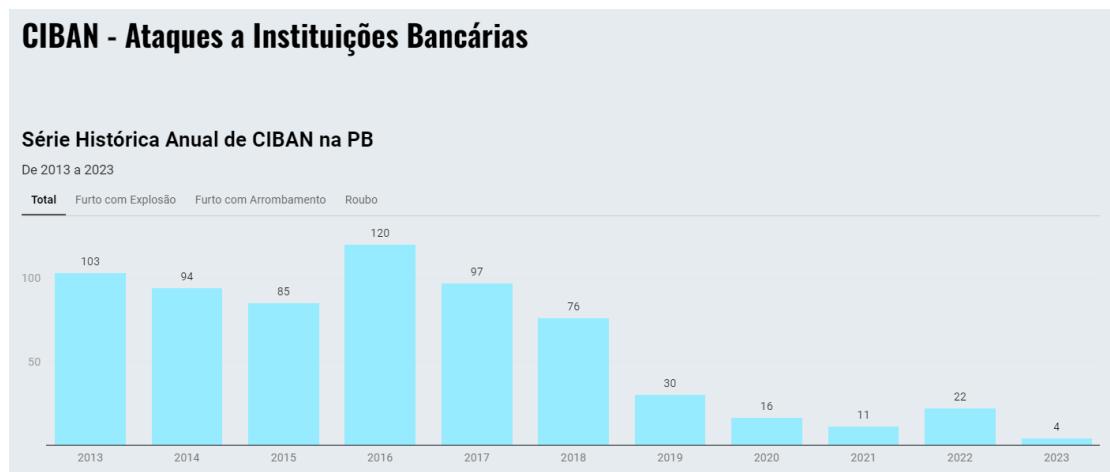
Figura 02. Gráfico dos índices de elucidação de CVLI na Paraíba (2022)



Fonte: <https://sites.google.com/view/anuarioseds/elip>

Os indicadores de ataques às instituições financeiras apresentaram recuo expressivo entre 2013 (ano de início da série histórica), com 103 casos, para 22 casos no ano de 2022 (último ano com dados consolidados), com o ano de pico sendo 2016, no qual houve 120 ataques, e o melhor ano sendo o de 2021, com 11 ataques. Esse recuo no comparativo 2013/2022 foi de -78,6%. (Cf. Figura 03).

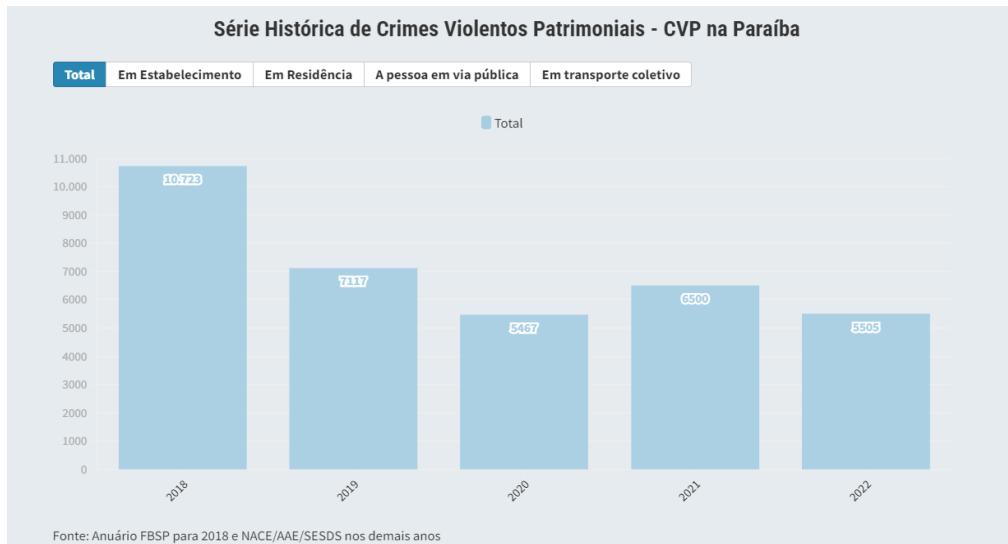
Figura 03. Gráfico do indicador de número de ataques a Instituições Financeiras na Paraíba (2013/2023)



Fonte: <https://sites.google.com/view/anuarioseds/ciban>

A série histórica dos Crimes Violentos Patrimoniais (CVP)⁵, tem início em 2018. No comparativo 2018/2022, os CVP caíram praticamente pela metade, de 10.723 registros, em 2018, para 5.505 em 2022. Apresentando o recuo de -48,6% nesse comparativo. Sendo o melhor ano 2020, com 5.467 registros, e o pior, o já citado ano de 2018. (Cf. Figura 04).

Figura 04. Gráfico da série histórica de CVP na Paraíba - 2018/2022

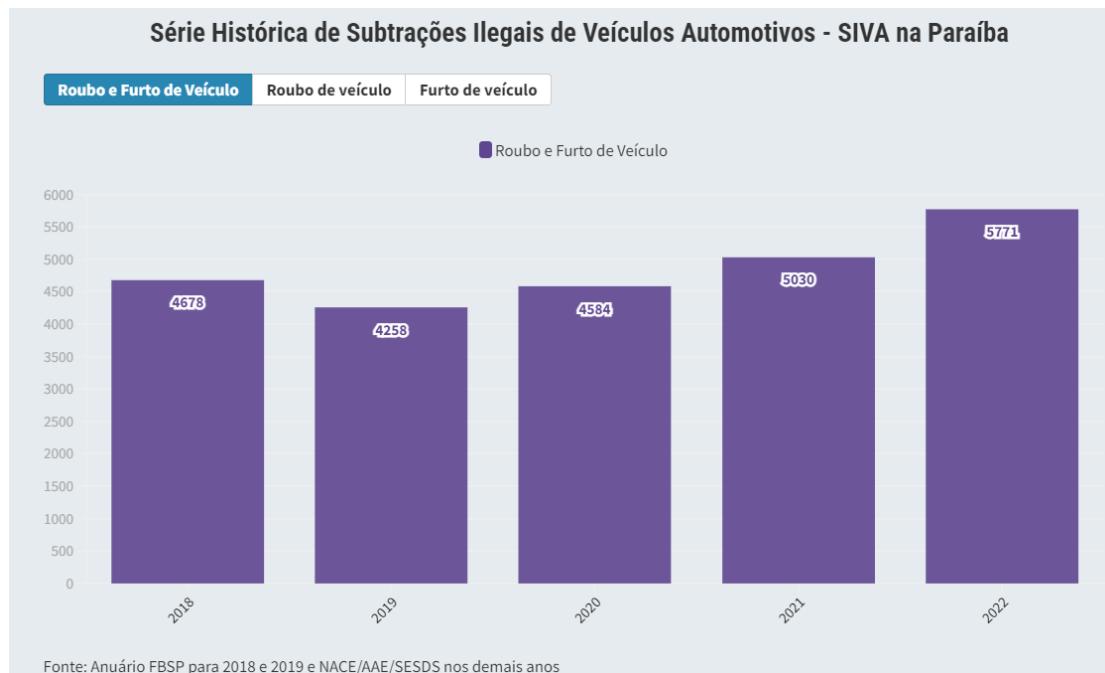


Fonte: <https://sites.google.com/view/anuarioseds/cvp>

A série histórica de roubos e furtos veiculares também tem início em 2018. Este indicador apresentou uma piora, em particular e em relação ao dado de CVP (agregado). Entre 2018, com 4.678 roubos veiculares, a 2022, com 5.771, houve incremento de 23,3% nesse indicador criminal. Com o pior ano sendo 2022 e o melhor, 2019, com 4.258 veículos subtraídos. (Cf. Figura 05).

⁵ CVP é a soma dos diversos crimes contra o patrimônio: roubos, furtos, assaltos, subtração de veículo e ataques às instituições financeiras.

Figura 05. Gráfico da série histórica de roubos de veículos na Paraíba - 2018/2019

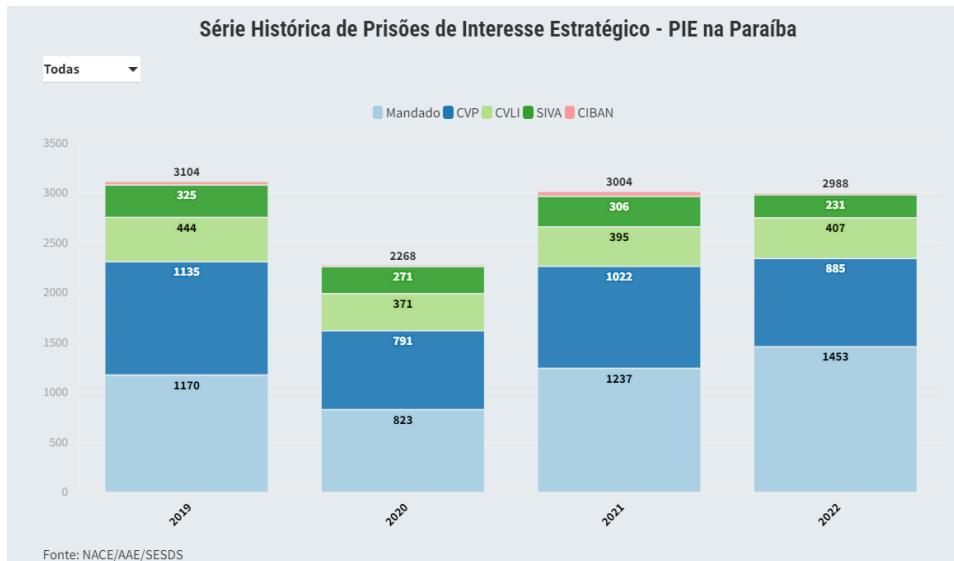


Fonte: <https://sites.google.com/view/anuarioseds/siva>

As ações do estado na política de segurança foram as prisões, as apreensões de armas de fogo ilegais e as apreensões de drogas.

A série histórica das prisões efetuadas é de 2019 a 2022. Houve uma pequena retração nas prisões no comparativo 2019 (3.104 prisões efetuadas) /2022 (2.988 prisões), com recuo de -3,7%. Todavia, houve 11.364 prisões no período, com média anual de 2.841 prisões efetuadas. (Cf. Figura 06).

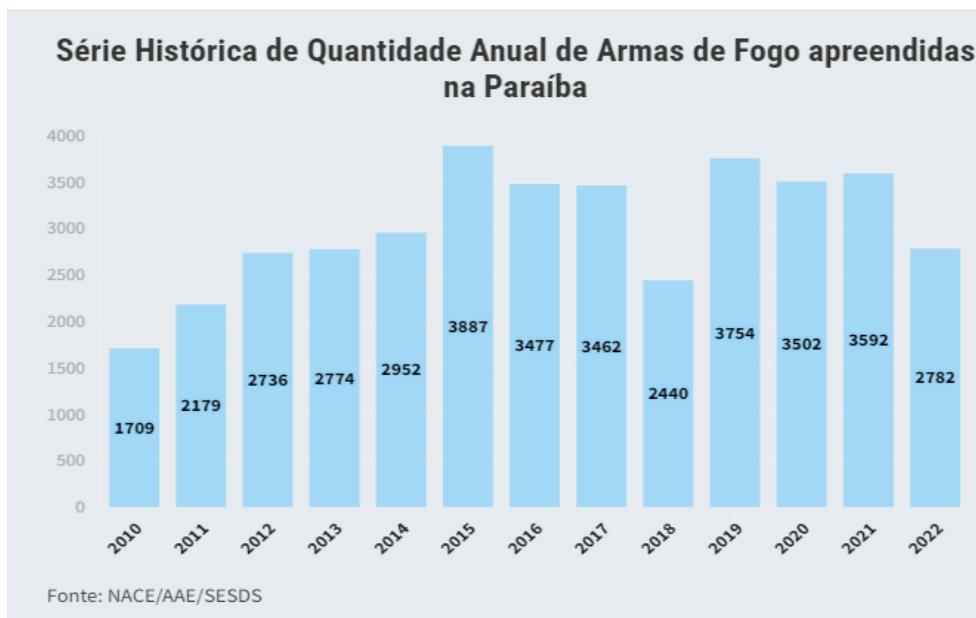
Figura 06. Gráfico das prisões efetuadas por tipo estratégico na Paraíba - 2019/2022



Fonte: <https://sites.google.com/view/anuarioseds/pris%C3%B5es>

A série histórica de apreensão de armas de fogo ilegais tem início no ano de 2010, no qual foram efetuadas 1.709 apreensões. O último ano da série histórica, 2022, registrou 2.782 apreensões e, no comparativo 2010/2022 houve incremento de 62,7% nessa política. Uma política importante quando cruzamos os dados com os de CVLI/MVI e CVP (Figuras 01 e 04). (Cf. Figura 07).

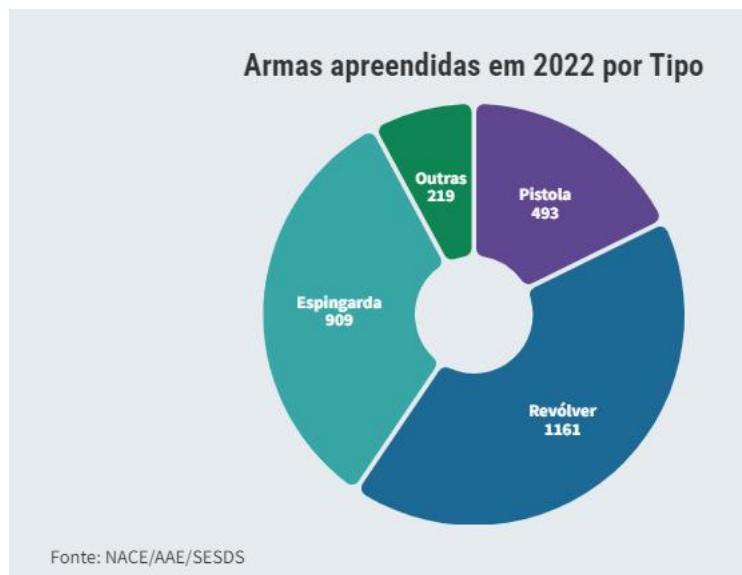
Figura 07. Gráfico da série histórica de quantidade anual de armas de fogo ilegais apreendidas na Paraíba - 2010/2022



Fonte: <https://sites.google.com/view/anuarioseds/apreens%C3%B5es>

O total de apreensões em todo o período foi de 39.246 armas de fogo ilegais retiradas de circulação, com uma média anual de 3.270 armas de fogo ilegais apreendidas, no qual o ano de 2015 foi o mais expressivo, com 3.887 armas de fogo ilegais tiradas de circulação.

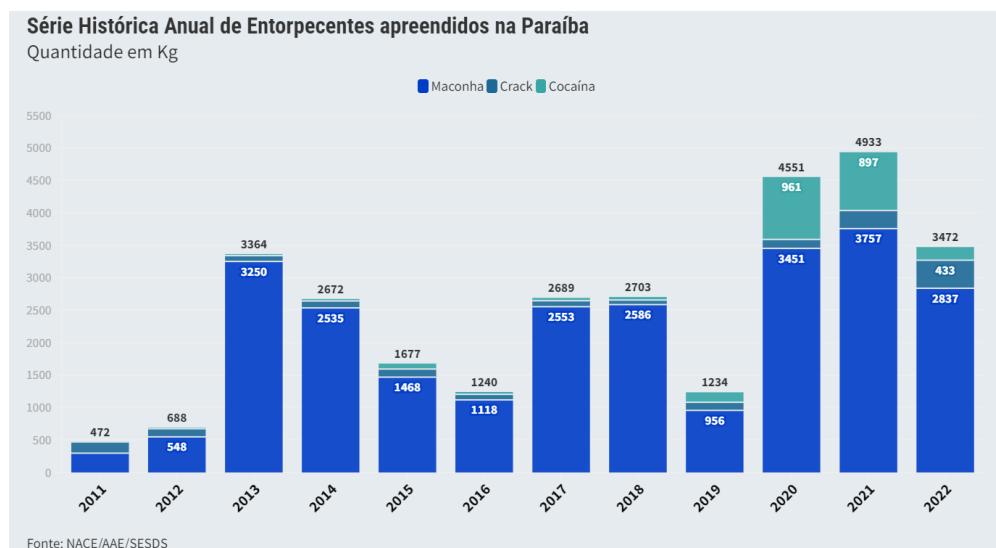
Figura 08. Gráfico de armas apreendidas por tipo de arma de fogo na Paraíba - 2022



Fonte: <https://sites.google.com/view/anuarioesds/apreens%C3%B5es>

Os dados de 2022 apresentaram a seguinte distribuição nas armas de fogo apreendidas: das 2.782 armas apreendidas pelos órgãos de segurança pública da Paraíba, 1.161 foram revólveres, 909 espingardas, 493 pistolas e 219 outras armas de fogo. (cf. Figura 08).

Figura 09. Gráfico da série histórica anual de drogas apreendidas na Paraíba - 2011/2022



Fonte: <https://sites.google.com/view/anuarioesds/apreens%C3%B5es>

Outra ação importante das instituições de segurança pública da Paraíba, as apreensões de drogas (maconha, crack e cocaína), na série histórica 2011-2022, apresentaram a seguinte dinâmica: em 2011 foram apreendidas 472 kg de droga num processo crescente chegando a 3.472 kg em 2022, com incremento de 635,5% de impacto nesse comparativo. O ano de 2021 foi o pico, com quase 5 mil kg de drogas apreendidas pelos órgãos de segurança do estado. Ao todo, foram apreendidas 29.695 kg de droga entre 2011 e 2022 na Paraíba. (Cf. Figura 09).

Com o que foi exposto na revisão da literatura, com metodologia simples de análise de dados descritivos, podemos perceber que as ações planejadas da pasta da Segurança Pública, com disposição dos dados abertos para a pesquisa, foram fatores fundamentais para o maior controle da criminalidade na Paraíba.

É visível a associação entre as variáveis institucionais aqui exploradas e o maior controle da criminalidade violenta. Para testar empiricamente, vamos utilizar duas importantes ações do Estado para o controle da criminalidade: as apreensões de armas de fogo ilegais e as apreensões de drogas e explorá-las descritivamente, fazendo uma correlação delas com os CVLIs.

Tabela 1: CVLIs / Apreensão de Armas de Fogo / Apreensão de Drogas - Paraíba - 2012/2022

Paraíba	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
CVLIS	1528	1522	1490	1487	1300	1254	1177	916	1122	1108	1036
AP. ARM-F	2736	2774	2952	3887	3477	3462	2440	3754	3502	3592	2782
AP. DROG.	688	3364	2672	1677	1240	2689	2703	1234	4551	4933	3472

Formatada pelo autor com os dados disponíveis.

Analizando os dados acima, temos uma série histórica de dez anos para os dados de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLIs) como variável *proxy* de crime violento, os dados de apreensão de armas de fogo ilegais (AP. ARM-F) como variável um de ação do Estado/governo e apreensão de drogas (AP. DROG.) como variável dois de ação do Estado/governo. As variações percentuais foram: CVLI variou em -32,20% no período, apresentando queda da criminalidade violenta; as apreensões de armas variou positivamente em 1,68%; e as apreensões de drogas variou positivamente em 404,65% no período (cf. Tabela 2).

Tabela 2: descrição dos dados: MÉDIA, MÍNIMO, MÁXIMO, DESVIO PADRÃO, VARIAÇÃO PERCENTUAL - Paraíba - 2012/2022

VARIÁVEIS	MÉDIA	MÍNIMO	MÁXIMO	DESV. PAD.	var. %
CVLIS	1.267	916	1.528	215,29	-32,20
AP. ARM-F	3.214	2.440	3.887	487,59	1,68
AP. DROG.	2.657	688	4.933	1.371,31	404,65

Formatada pelo autor.

Na tabela descritiva dos dados acima, os CVLIs tiveram a média de 1.267 óbitos, com o mínimo de 916 e o máximo de 1.528. O desvio padrão foi de 215,29 com a variação de queda como apontado no texto acima. Já os dados das variáveis de ação do Estado/governo foram: armas de fogo apreendidas obtiveram a média de 3.214 armas apreendidas no período, com o mínimo de 2.440 e a máxima de 3.887; o desvio padrão foi de 487,59, com a variação positiva já relatada acima. Os dados de drogas apreendidas foram mais expressivos, devido ao alto desvio padrão, com a média de 2.657 apreensões, a mínima de 688 e a máxima de 4.933.

Tabela 3: Correlações Estatísticas dos CVLIs com as variáveis Apreensão de Armas e Apreensão de drogas

CORREL CVLI X ARMA	CORREL CVLI X DRG
-0,251	-0,312

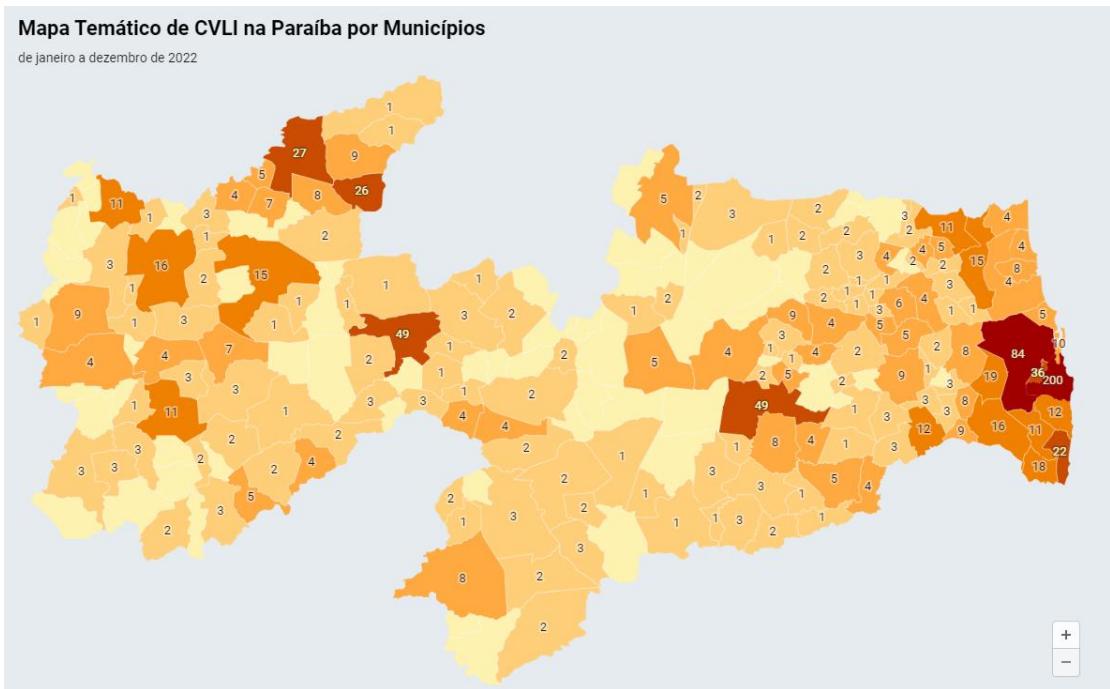
Formatada pelo autor

Nas correlações entre as matrizes de dados da tabela 1 expostas na tabela 3, temos correlações entre as duas ações com sinais negativos esperados pela teoria. Isso demonstra a importância das duas políticas para o controle da criminalidade violenta na Paraíba, com destaque ao combate ao tráfico de drogas. As correlações apontam para maior apreensão de armas e de droga com efeito dissuasivo nos crimes violentos contra a vida.

Distribuição geográfica dos dados criminais na Paraíba

Nesta seção faremos a descrição dos dados de CVLI/MVI e CVP nos municípios paraibanos. A intenção é demonstrar a variação dos dados do ponto de vista geográfico.

Figura 10. Mapa da Paraíba da distribuição dos CVLI/MVI por município - 2022

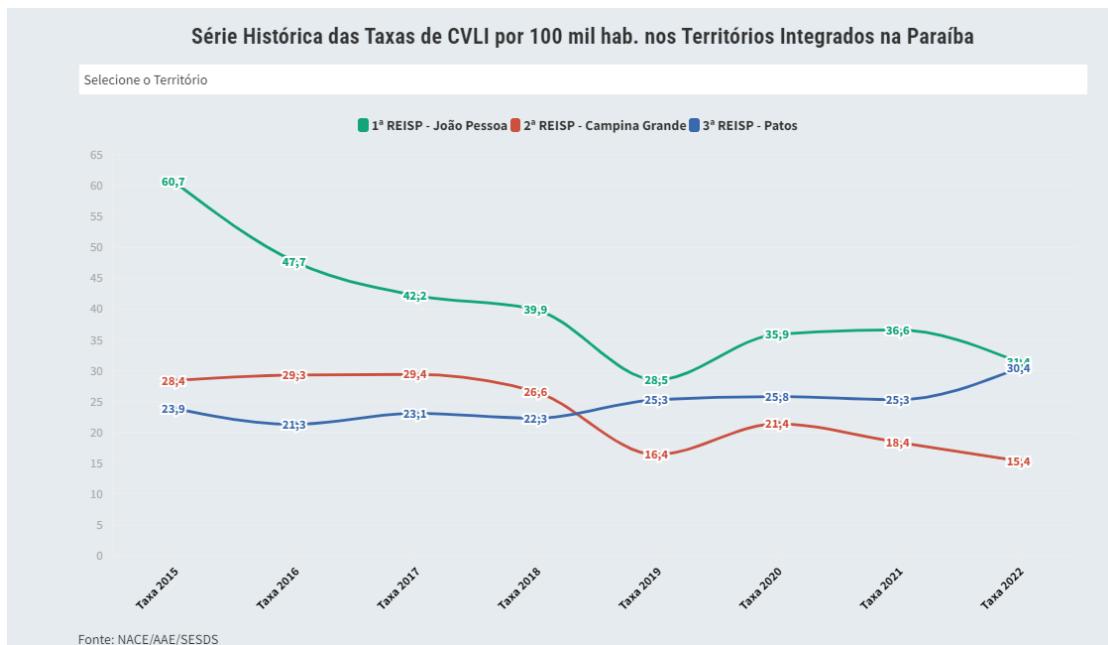


Fonte: <https://sites.google.com/view/anuarioseds/cvli/cvli-e-mvi>

Percebemos a distribuição geográfica dos dados de Crimes Violentos Intencionais e Mortes Violentas Intencionais em todo o estado, entre janeiro e dezembro de 2022. Como visto na seção anterior, foram 1.036 óbitos por violência homicida na Paraíba naquele ano.

A concentração dos dados está nos municípios de João Pessoa, com 200 óbitos, Santa Rita, com 84 óbitos, Campina Grande e Patos, ambos com 49 assassinatos, somando 382 homicídios dos 1.036 assassinatos de todo o estado, correspondendo a 36,9% de todos os óbitos por agressão da Paraíba. (Cf. Figura 10).

Figura 11. Gráfico da série histórica das taxas de CVLI na Paraíba - Por Regiões Integradas de Segurança Pública - 2015/2022



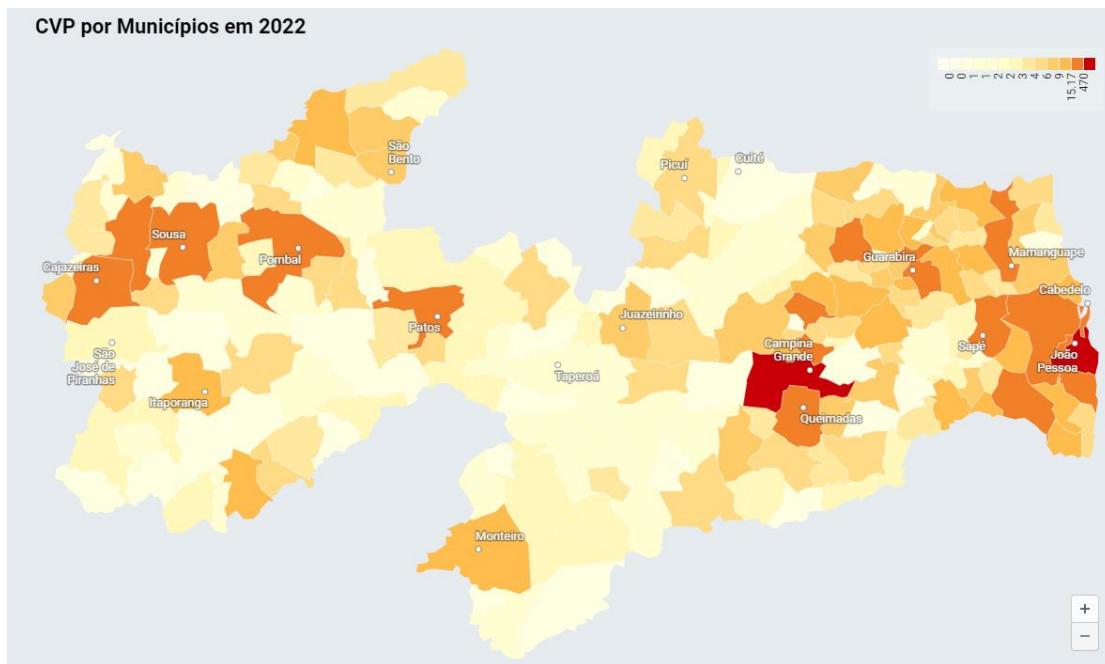
Fonte: <https://sites.google.com/view/anuariosesds/cvli/cvli-e-mvi>

No que diz respeito as taxas por cem mil habitantes, temos a dinâmica territorial na qual, no gráfico acima, se destaca as regiões de João Pessoa e Campina Grande que apresentaram inflexão dos dados, enquanto a região do sertão aponta para o crescimento desses dados, o que demonstra uma dinâmica de maior interiorização da violência na Paraíba.

Na região de João Pessoa temos uma redução na série histórica (2015/2022) na ordem de -48,2% nas taxas, que caíram de 60,7 para 31,4. Na região de Campina Grande temos também redução na mesma série histórica na ordem de -45,7%, na qual as taxas caíram de 28,4 para 15,4. E na região do sertão tivemos crescimento da violência medida pelas taxas de CVLI com os dados saltando de 23,9 para 30,4, ou seja, aumento de 27,1%.

Isso nos aponta para uma maior atenção para os *policymarkers* nas causalidades da criminalidade violenta no sertão paraibano.

Figura 12. Mapa de CVP nos municípios da Paraíba - 2022



Fonte: <https://sites.google.com/view/anuariosesds/cvp>

Os CVP apresentaram a seguinte dinâmica: dos 5.505 CVP do ano de 2022, 3.044 se deram em João Pessoa, correspondente a 55,3% de todos os crimes patrimoniais do estado. Campina Grande ficou em segundo lugar, com 470 casos registrados de CVP, correspondendo a 8,55%, com Patos em terceiro lugar, registrando 168 casos, ou 3,06%.

O que demonstra fator decisivo o investimento do estado para o controle desse tipo de crime na capital João Pessoa. Lá há maior dinâmica econômica, maior Produto Interno Bruto do estado e maior nível de renda o que leva maior atenção para o gestor público da segurança nesse critério.

CONCLUSÃO

A presente análise teve o propósito de avaliar a dinâmica da criminalidade na Paraíba em algumas séries históricas disponíveis no site da SDS-PB com o objetivo de fornecer um diagnóstico mais preciso dos dados que sirvam como uma avaliação da política de segurança pública. Foram analisados dados estatísticos e avaliada a política pública (*policy*) de segurança na Paraíba no seu fator de controle da criminalidade violenta contra a vida e contra o patrimônio.

Ficou clara a redução da criminalidade de uma forma geral no estado, com destaque a melhoria dos indicadores institucionais, tais como o de apreensão de armas de fogo ilegais, de apreensão de drogas, com toneladas de drogas apreendidas nas operações policiais, e com a melhoria do funcionamento dos mecanismos de elucidação dos crimes. As correlações das matrizes de dados demonstraram que as essas políticas de ação policial foram importantes para o controle da criminalidade violenta contra à vida e contra o patrimônio dos paraibanos.

Também foram vistas as reduções nos ataques às instituições financeiras, com melhor desempenho do indicador criminal dentre aqueles disponíveis, mas com piora no crime patrimonial de roubos veiculares, demonstrando uma maior atenção dos *policymakers* nesta variável de crime.

Os mapas georreferenciais da criminalidade na Paraíba apontou para uma concentração maior do crime patrimonial na capital João Pessoa, e uma concentração de 36,9% dos CVLI/MVI em João Pessoa, Santa Rita, Campina Grande e Patos, com destaque ao crescimento dos homicídios no sertão paraibano.

Todavia, Campina Grande foi a cidade com melhor desempenho na redução dos CVLI/MVI, e obteve melhor desempenho nas elucidações e prisões de criminosos do estado.

Este diagnóstico avaliativo da política pública de segurança da Paraíba teve o objetivo de fornecer subsídios analíticos em cima dos dados gerenciados pelo próprio Estado/governo da Paraíba para que seja um auxílio importante para os tomadores de decisão dessa pasta tão importante para a garantia da paz social e da democracia.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Analía Soria; FRANÇA, Karla Christina Batista; BERDET, Marcelo; PINTO, Marizângela Aparecida de Bortolo (2016), Metropolização, homicídios e segurança pública na área metropolitana de Brasília: o município de Águas Lindas de Goiás. *Soc. estado.* 31 (02) • May-Aug 2016

BUENO ET AL, (2019), Limites do uso da força policial no Estado de São Paulo. *Cad. EBAPE.BR*, v. 17, Edição Especial, Rio de Janeiro, Nov. 2019.

CORREIA, Divanise Suruagy; BARBOSA, Lívia Lessa de Brito; LOPES, Leonardo Moreira; MELÂNIA, Márcio Ighor Azevedo Silva de Mendonça (2014), Violência letal em Maceió-AL: estudo descritivo sobre homicídios, 2007-2012. *Epidemiol. Serv. Saúde* 23 (4)

CORREIA, R. S. S.; LOBO, M.A.A. , (2019), Distribuição espacial dos homicídios na cidade de Belém (PA): entre a pobreza/ vulnerabilidade social e o tráfico de drogas. **urbe, Rev. Bras. Gest. Urbana** 11 • 2019

COSTA, A. T. (2015), A (in)efetividade da justiça criminal brasileira Uma análise do fluxo de justiça dos homicídios no Distrito Federal. **Dossiê: Políticas públicas de segurança e justiça • Civitas, Rev. Ciênc. Soc.** 15 (1) • Jan-Mar 2015

FILHO ET AL, (2018), Avaliação de Impacto das Guardas Municipais Sobre a Criminalidade com o uso de Tratamentos Binários, Multivalorados e Contínuos. **Rev. Bras. Econ.** 72 (4) • Oct-Dec 2018

LUCENA, Sadraque Eneas de Figueiredo; MORAES, Ronei Marcos de. (2012), Detecção de agrupamentos espaço-temporais para identificação de áreas de risco de homicídios por arma branca em João Pessoa, PB. **Bol. Ciênc. Geod.** 18 (4) • Dez 2012

MACHADO, Bruno Amaral; PORTO, Maria Stela Grossi (2016), Violência e justiça criminal na Área Metropolitana de Brasília. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**

NADANOVSKY, Paulo (2009), O aumento no encarceramento e a redução nos homicídios em São Paulo, Brasil, entre 1996 e 2005. **Caderno de Saúde Pública.** 25 (8).

NÓBREGA JÚNIOR, José Maria Pereira da.; NÓBREGA, Duilia Dalyana Ribeiro Santos da (2022), **Morte matada : a dinâmica dos homicídios no nordeste**, Campina Grande : EDUEPB, 2022.

O'DONNELL, G. (1998), Accountability horizontal e novas poliarquias. **Lua Nova.** N. 44.

OLIVEIRA ET AL, (2019), Análise espacial dos homicídios intencionais em João Pessoa, Paraíba, 2011-2016. **Epidemiol. Serv. Saude**, Brasília, 28(1):e2018184, 2019

PERES, Maria Fernanda Tourinho; ALMEIDA, Juliana Feliciano de; VICENTIN, Diego; CERDA, Magdalena; CARDIA, Nancy; ADORNO, Sérgio. (2012), Evolução dos homicídios e indicadores de segurança pública no Município de São Paulo entre 1996 a 2008: um estudo ecológico de séries temporais. **Revista Brasileira de Epidemiologia** 14 (04).

PORTELLA ET AL, (2019), Homicídios dolosos, tráfico de drogas e indicadores sociais em Salvador, Bahia, Brasil. **Ciênc. saúde colet.** 24 (2)

SILVA ET AL, (2018), Violência urbana e política pública de prevenção: avaliação do Programa Fica Vivo! no estado de Minas Gerais, Brasil. *Rev. bras. estud. popul.* 35 (2) • 2018

SILVEIRA, Andréa Maria; ASSUNÇÃO, Renato Martins; DA SILVA, Bráulio Alves Figueiredo; BEATO FILHO, Cláudio Chaves da Silva. (2010), Impacto do Programa Fica Vivo na redução dos homicídios em comunidade de Belo Horizonte. *Revista de Saúde Pública* 2010; 44(3):496-502

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME (2019), **GLOBAL STUDY ON HOMICIDE**. United Nations, July 2019

ZALUAR, Alba; BARCELLOS, Cristóvam (2013), MORTES PREMATURAS E CONFLITO ARMADO PELO DOMÍNIO DAS FAPELAS NO RIO DE JANEIRO. *R. bras. Est. Pop.*, Rio de Janeiro, v. 30, Sup., p. S171-S191

Detalhes do(s) autor(a/es)

José Maria Nóbrega Júnior

Doutor em Ciência Política. Professor no PPGCP da Universidade Federal de Campina Grande.

Duília Dalyana Ribeiros dos Santos da Nóbrega

Doutoranda em Ciência Política na Universidade Federal de Pernambuco.